Id:0F8BE4B7F0D56CF2

PREFEITO
GABINTE DO PREFEITO

REDENÇÃO DO GURGUEIA

EXTRATO RESCISÃO/DISTRATO UNILATERAL DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 246/2022
CONTRATANTE: *Prefeitura Municipal de Redenção do Gurguéia/PI, inscrita no CNPJ Sob o nº06.554.380/0001-92.*
CONTRATADA: ADELAIDE BATISTA DOS SANTOS – CPF: 046.818.223-37
OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público de profissional habilitado no Processo Seletivo Simplificado de **Edital nº 01/2022**, para prestação de serviços como **PROFESSOR (A) CRECHE**, no Município de Redenção do Gurguéia-PI, com atribuições do cargo especificadas no **anexo I** do citado **Edital de abertura nº 01/2022.**
Clausula Única: Fica rescindido, a partir desta data, **31 de Outubro de 2024**, tendo por base a cláusula oitava do Contrato de prestação de Serviços **nº 246/2022**, firmado em **01/09/2022** e Rescindido dia **31/10/2024** entre contratante e contratado.
DATA DA ASSINATURA: 31/10/2024.

Id:1518FA9966FD6A76

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE UNIÃO

PORTARIA Nº 1076/24, de 31 de outubro de 2024/ PREVI UNIÃO G.P/2024.

O Prefeito Municipal de União PI e o Diretor-Presidente do Instituto de Benefícios e Assistências aos Servidores Municipais de União – **PREVI UNIÃO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

Aposentar ROSA MARIA ARAÚJO DA COSTA, servidora pública municipal, portadora do CPF: 353.967.173-00, exercente do cargo de Professora, Classe C, Nível IV – 40 HR, sob matrícula nº 0298, lotada na Secretaria Municipal de Educação, voluntariamente, com fundamento legal no **art. 50, §2º, I, da Lei Municipal nº 789/2021**, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração no cargo efetivo e com paridade, no valor mensal de **R$ 8.948,10** (oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e dez centavos), conforme cálculos discriminados abaixo.

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DOS PROVENTOS	
PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
Vencimento, nos termos da Lei Municipal nº 827/2023, de 27 de fevereiro de 2023.	R$ 7.110,48
Diferença Individual, nos termos do art. 92 da Lei Municipal nº 577/2011	R$ 60,00
Adicional por tempo de serviço, conforme art. 59, da Lei Municipal nº 577/11	R$ 1.777,62
REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO	R$ 8.948,10
PROVENTOS A RECEBER	**R$ 8.948,10**

Registre-se,
Publique-se e Cumpra-se.

União-Piauí, 31 de outubro de 2024.

Gustavo Conde Medeiros
Prefeito de União - PI

Rômulo Santiago do Rêgo
Diretor-Presidente do Instituto de Benefícios e Assistências aos Servidores Municipais de União – **PREVI UNIÃO**

Id:10EF2A304E5F6A79

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE UNIÃO

PORTARIA Nº 1077/24, de 31 de outubro de 2024/ PREVI UNIÃO G.P/2024.

O Prefeito Municipal de União PI e o Diretor-Presidente do Instituto de Benefícios e Assistências aos Servidores Municipais de União – **PREVI UNIÃO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

APOSENTAR LUCIANA DIAS DOS SANTOS SAMPAIO, servidora pública municipal, portadora do CPF: 678.403.023-00, exercente do cargo de Professora, Classe C, Nível III – 40 HR, sob matrícula nº 000202, lotada na Secretaria Municipal de Educação, voluntariamente, com fundamento legal no **art. 50,§1º, §2º, I, da Lei Municipal nº 789/2021**, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração no cargo efetivo e com paridade, no valor mensal de **R$ 8.609,25** (oito mil, seiscentos e nove reais e vinte e cinco centavos), conforme cálculos discriminados abaixo.

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DOS PROVENTOS	
PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
Vencimento, nos termos da Lei Municipal nº 827/2023, de 27 de fevereiro de 2023.	R$ 6.837,00
Diferença Individual, nos termos do art. 92 da Lei Municipal nº 577/2011	R$ 63,00
Adicional por tempo de serviço, conforme art. 59, da Lei Municipal nº 577/2011	R$ 1.709,25
REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO	R$ 8.609,25
PROVENTOS A RECEBER	**R$ 8.609,25**

Registre-se,
Publique-se e Cumpra-se.

União-Piauí, 31 de outubro de 2024.

Gustavo Conde Medeiros
Prefeito de União - PI

Rômulo Santiago do Rêgo
Diretor-Presidente do Instituto de Benefícios e Assistências aos Servidores Municipais de União – **PREVI UNIÃO**

Id:0E289F3F934B6C51

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 325/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS A APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI, CNPJ 06.553.606/0001-30 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GUSTAVO CONDE MEDEIROS, inscrito no CPF sob o nº 218.123.813-87, residente e domiciliado em UNIÃO/PI empossado pela Câmara Municipal conforme Termo de Posse, publicado no DOM-PI, seção IVCCXXXII de 05/01/2021 e, de outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CONTRATADA, Empresa Pública de Direito Privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida atualmente pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da Assembleia Extraordinária em 16/07/2018, com publicação no DOU em 05/09/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e suas alterações, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília – DF, no SBS, Quadra 4 Lotes 3/4, Edifício Matriz I, neste ato representada pelo Gerente de Filial, Fábia Carvalho Le Lonnes, brasileira, CPF nº 966.527.723-53, conforme Procuração pública lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos de Brasília, livro 3577-P, fls. 065, em 05/09/2023 e Substalecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos de Brasília, livro 3580-P, fls. 030, em 10/10/2023 e, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 30/2024, com base na Lei nº 14.133/2021 referente à Inexigibilidade de Licitação nº 42/2024, com fundamento no caput Art. 74, Inciso III, "f" da Lei 14.133/2021, sendo regido pelas seguintes cláusulas:

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Oficina de Capacitação Acessibilidade na Prática, no âmbito do produto "CAIXA Políticas Públicas", conforme detalhado nos "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" e "Anexo II – Detalhamento dos Preços", sendo esses anexos integrantes deste Contrato.
1.2 – O escopo dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, bem como a documentação a ser apresentada pelo CONTRATANTE e a formalização da entrega do produto constam no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços".
1.3 – Não é objeto deste Contrato nem responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização técnica da execução das obras e serviços públicos, incluindo a verificação de itens que são afetos unicamente à relação entre CONTRATANTE e empresas executoras, como suficiência de equipamentos e materiais alocados nas obras e serviços, manutenção adequada de diário de obras e de canteiro de obras e verificação de itens de qualidade, atividades essas que são de responsabilidade exclusiva do profissional (engenheiro ou arquiteto) do CONTRATANTE identificado na respectiva ART/RRT registrada no CREA/CAU de competência.

II – ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATANTE: PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI, CEP 64120-000.
Endereço eletrônico do CONTRATANTE: gabineteuniao2021@gmail.com.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATADA: Av. Dom Severino, 2225, 2º andar – Bairro Horto Florestal, CEP: 64.055-535, Teresina/PI.
Endereço eletrônico da CONTRATADA: gigovte@caixa.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1 – Os serviços descritos no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" deverão ser executados pela CONTRATADA de forma direta.
1.1 – A CONTRATADA, ao prestar os serviços técnicos destinados a apoiar a implantação de políticas públicas, está amparada pelo art. 173 da Constituição da República quanto a explorar atividade econômica, e por disposição expressa em seu Estatuto Social quanto seu objeto social de prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas e de políticas públicas.

(Continua na próxima página)

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
"Verba Volant, Scripta Manent"

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2 – A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços detalhados no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços", em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da ordem de início e indicação dos participantes pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste Contrato, são obrigações das partes:

3.1 – DO CONTRATANTE:

I. Atestar o recebimento do serviço e encaminhar à CONTRATADA o documento com o ateste de recebimento assinado, no prazo previsto na Cláusula Quarta;
II. Definir o enquadramento legal/específico para a efetivação da presente contratação e a opção pela prévia realização ou não de eventuais certames licitatórios;
III. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, no que for cabível, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação por ela efetuada;
IV. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
V. Efetuar o pagamento da tarifa conforme estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato;
VI. Indicar formalmente preposto para representar o CONTRATANTE durante a vigência do contrato;
VII. Exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato por meio do representante especialmente designado, comunicando previamente à CONTRATADA a metodologia a ser utilizada;
VIII. Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços e garantir o acesso seguro da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE ou local da intervenção;
IX. Não utilizar, por si e por seus prepostos, o nome ou a logomarca da CONTRATADA sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância desta obrigação;
X. Providenciar a publicação do extrato deste Contrato na imprensa oficial e dos eventuais aditivos ou termo de rescisão, na forma da lei.

3.2 – DA CONTRATADA:

I. Elaborar, em conjunto com o CONTRATANTE, a programação dos serviços a serem prestados, objeto do presente termo;
II. Manter, durante todo o Contrato, equipe técnica regular, qualificada e suficiente para a prestação dos serviços aqui descritos;
III. Executar integralmente os serviços contratados, nos prazos ajustados, por meio de pessoas tecnicamente capacitadas;
IV. Não empregar, na realização dos serviços objeto do presente Contrato, pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nos projetos, serviços e obras licitados pelo CONTRATANTE, para a execução da intervenção elencada e definida, devendo prestar os serviços por intermédio de profissionais devidamente habilitados, selecionados e qualificados, na forma da legislação aplicável;
V. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas neste ato;
VI. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
VII. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na prestação dos serviços, que ponha em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução, dentro do prazo pactuado;
VIII. Comunicar ao CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos ou de força maior, que possam impedir ou atrasar a consecução do objeto deste Contrato;
IX. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste Contrato, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATANTE, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATANTE sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;
X. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste Contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8 – O presente Contrato terá a duração de 06 (seis) meses, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura, podendo ser prorrogada até o limite de informar o prazo limite máximo em meses/anos, conforme legislação que embasa a contratação, mediante Termos Aditivos.
8.1 – Eventual impedimento das partes para cumprir as etapas e o prazo contratual deve ser alegado, por escrito, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9 – No curso da execução deste Contrato caberá ao CONTRATANTE fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento, diretamente ou por quem vier a indicar, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021.
9.1 – O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, atuando como Gestor do Contrato: Nataniele Costa Silva - CPF: 033.372.893-98 e como Fiscal do Contrato Edivaldo Irene Sampaio - CPF: 305.302.613-91, nos termos da PORTARIA 883/2024 – GP de 18 de Abril de 2024, publicada no DOM-PI de 22 de Abril de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10 – Este Contrato é passível de alteração para inclusão de nova modalidade de serviços, alteração na quantidade dos serviços já contratados, restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e alteração do prazo de vigência, devendo ser observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021 no que for aplicável.
10.1 – A solicitação de alteração contratual deverá ser acompanhada de justificativa.
10.2 – No caso de acréscimo de atividades ou serviços a serem prestados pela CONTRATADA, a alteração é precedida de reavaliação do preço pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

11 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na legislação aplicável, garantida a defesa prévia.
11.1 – Constituem motivo de rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial:
I. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II. Lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
III. Atraso injustificado no início do serviço;
IV. Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
V. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
VI. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
VII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
VIII. Supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) permitido na Lei 14.133/2021.
IX. Atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos dos pagamentos devidos pela CONTRATADA, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
X. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

11.2 – Havendo a rescisão do Contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA relativamente à prestação dos serviços contratados.
11.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos de VII a XI, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

XI. Encaminhar ao CONTRATANTE o "Certificado de Conclusão de Curso", acompanhado do documento para o ateste do recebimento, após a execução de cada etapa do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO PRODUTO E ATESTE DE RECEBIMENTO

4 - Após a execução de cada serviço, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE o Certificado de Conclusão do Curso com a conclusão da prestação do serviço, acompanhado de documento para o ateste de recebimento e informações sobre o pagamento.
4.1 – O CONTRATANTE tem o prazo de 10 (dez) dias corridos para manifestar-se sobre o ateste de recebimento do serviço e apresentar o documento de ateste assinado à CONTRATADA ou a contestação da prestação do serviço.
4.1.1 – Caso o CONTRATANTE não se manifeste quanto ao ateste de recebimento do serviço no prazo previsto no item 4.1, a CONTRATADA considerará a entrega do serviço como aceita pelo CONTRATANTE e emitirá o Ofício de Cobrança e a Guia para o pagamento da tarifa.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA E FORMA DE PAGAMENTO

5 – Estima-se o valor global deste Contrato de R$ 7.378,00 (Sete mil, trezentos e setenta e oito reais), conforme especificado no "Anexo II - Detalhamento dos Preços".
5.1 – Os pagamentos serão realizados pelo CONTRATANTE por serviço, após a execução de cada serviço pela CONTRATADA.
5.2 – O prazo para o pagamento da tarifa pelo CONTRATANTE é de até 30 dias corridos a contar do envio, por e-mail, do Ofício de Cobrança e Guia para o pagamento da tarifa.
5.3 – Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, dos tributos previstos na lei.
5.4 – O CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA os comprovantes de pagamento dos serviços e das retenções tributárias e o Comprovante Anual de Rendimentos e de Retenções na Fonte dos Impostos e Contribuições Federais.
5.5 – O pagamento após o prazo estabelecido no item 5.2 sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, e de atualização mensal do valor cobrado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, calculado a partir do 1º dia útil subsequente ao vencimento até a data da efetivação do pagamento, aplicando-se como base o índice do mês anterior ao da cobrança.
5.6 – Ocorrendo inadimplência por parte do CONTRATANTE por período superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar do vencimento da obrigação, a CONTRATADA notificará o CONTRATANTE para efetuar a quitação do débito devidamente corrigido, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, findo esse prazo a CONTRATADA poderá suspender a execução de todos os serviços firmados neste Contrato.
5.7 – A prestação dos serviços, pela CONTRATADA, poderá ser encerrada nos atrasos superiores a 60 (sessenta) dias corridos do vencimento da obrigação.
5.8 – Caso o CONTRATANTE desista do contrato, antes da conclusão de todos os serviços contratados, fica obrigado a pagar os serviços já executados à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6 – Os preços dos serviços poderão ser reajustados somente após 1 (um) ano da vigência deste Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo.
6.1 – O reajuste dos preços dos serviços é realizado mediante termo de apostilamento, sendo dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7 – As despesas com o presente Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento do CONTRATANTE (por meio da seguinte Dotação Orçamentária: Órgão: 08.00 – Secretaria Mun. de Obras e Serviços Públicos; U. O.: 08.01 – Secretaria Mun. de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 – Urbanismo; Sub-Função: 451 – Infraestrutura Urbana; Programa de Governo: 0012 – Urbanizar; Atividade: 2.064 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos; Elemento de despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados a impostos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

12 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste Contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.
12.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, nos endereços descritos no item de CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
13 – Incumbir-se-á o CONTRATANTE da publicação do extrato deste Contrato e subsequentes termos aditivos, de acordo com o disposto no parágrafo único Art. 94 da Lei 14.133/2021, correndo às despesas por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS
14 – Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
15 – O presente contrato é celebrado (informação a ser fornecida pelo CONTRATANTE - inserir dispositivo(s) da Lei que fundamente(m) a contratação nas condições estabelecidas).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO
16 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Teresina-PI, Seção Judiciária de Teresina-PI, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Teresina-PI, 05 de outubro de 2024.

Assinatura do CONTRATANTE
Nome: GUSTAVO CONDE MEDEIROS
CPF: 218.123.813-87

Assinatura da CONTRATADA
Nome: FÁBIA CARVALHO LE LONNES
CPF: 966.527.723-53

TESTEMUNHAS:

NOME: LILIAN GUIMARÃES COELHO
CPF: 497.277.373-15

NOME: VICENTE MOREIRA FILHO
CPF: 226.631.977-72

(Continua na próxima página)

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1 MODALIDADES CONTRATADAS

A modalidade contratada neste instrumento é "Oficina de Capacitação Acessibilidade na Prática".

2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Nome da Modalidade

Oficina de Capacitação em Acessibilidade na Prática.

2.1.1 Objetivo

O propósito desta Oficina é contribuir para o entendimento dos marcos regulatórios e técnicos de acessibilidade não como um fim em si, mas como um dos meios para o desenvolvimento de projetos e ambientes públicos de qualidade, atendo realmente as necessidades e anseios das pessoas, independentemente de suas habilidades.

2.1.2 Escopo do Serviço

Em cada um dos encontros será apresentado um módulo, com as seguintes temáticas:

Módulo 1
O primeiro módulo tem como objetivo apresentar a base conceitual e legal, que permeará a presente Oficina de Capacitação. Com um caráter mais teórico se comparado com os demais módulos, buscará responder: O que é deficiência, acessibilidade e desenho universal? E quais as principais leis e decretos federais que tratam a questão?

Módulo 2
No segundo módulo serão apresentadas as normas técnicas, complementares aos textos legais e fundamentais para a materialização das soluções acessíveis. Na sequência será discutido como este repertório técnico-legal foi introduzido nas regulamentações voltadas para as transferências voluntarias de recursos federais e contratos de financiamento.

Módulo 3
A partir do repertório técnico-legal observado anteriormente, o terceiro módulo abordará a acessibilidade no contexto urbano dando ênfase as rotas acessíveis conformadas em calçadas. O objetivo desta etapa é demostrar ao participante que não existe fórmula ideal, mas respostas projetuais alinhadas à um contexto singular, complexo e em constante evolução.

Módulo 4
No último módulo será observada a acessibilidade na edificação, privilegiando um ambiente presente em diferentes tipologias e escalas de imóveis, os sanitários. Ultrapassando os requisitos legais já consolidados serão apresentadas soluções arquitetônicas voltadas a tipologias específicas de deficiências, como por exemplo a surdez, além de aprofundar o conceito do desenho universal no campo edificado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

ANEXO II – DETALHAMENTO DOS PREÇOS

1 PAGAMENTO DA TARIFA.

Os serviços serão pagos mediante o recebimento do Ofício de Cobrança ou a Guia para Pagamento.

2 PREÇOS

2.1 – Oficina de Capacitação Acessibilidade na Prática.

2.2 – Os preços dos serviços praticados no âmbito deste Contrato de Prestação de Serviços serão os seguintes:

2.3 A carga horária total será de 20 horas, sendo:
- Realização de 4 reuniões online de 2 horas cada, totalizando 8 horas em datas a serem definidas;
- Para o ensino à distância foram estimadas 12 horas para a realização leituras e exercícios de aprendizagem;

2.4 Considerações Finais
Será disponibilizada declaração de participação em até 15 dias úteis da conclusão das atividades.
O material didático utilizado não poderá ser replicado pelos participantes.

Ao final da Oficina será aplicada pesquisa de satisfação e emitido certificado de participação.

Assim, considerando que foi solicitado proposta para 04 (quatro) técnicos do município de União/PI, o valor total é R$ 7.378,00 (Sete mil, trezentos e setenta e oito reais).

Id:0B62144ED8376C63

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 326/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS A APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI, CNPJ 06.553.606/0001-30 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GUSTAVO CONDE MEDEIROS, inscrito no CPF sob o nº 218.123.813-87, residente e domiciliado em UNIÃO/PI empossado pela Câmara Municipal conforme Termo de Posse, publicado no DOM-PI, seção IVCCXXXII de 05/01/2021 e, de outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CONTRATADA, Empresa Pública de Direito Privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida atualmente pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da Assembleia Extraordinária em 16/07/2018, com publicação no DOU em 05/09/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016 e suas alterações, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília – DF, no SBS, Quadra 4 Lotes 3/4, Edifício Matriz I, neste ato representada pelo Gerente de Filial, Fábia Carvalho Le Lonnes, brasileira, CPF nº 966.527.723-53, conforme Procuração pública lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos de Brasília, livro 3577-P, fls. 065, em 05/09/2023 e Substalecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos de Brasília, livro 3580-P, fls. 030, em 10/10/2023 e, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 31/2024, com base na Lei nº 14.133/2021 referente a Inexigibilidade de Licitação nº 43/2024, com fundamento no caput Art. 74, Inciso III, "f" da Lei 14.133/2021, sendo regido pelas seguintes cláusulas:

CONDIÇÕES GERAIS

I – OBJETO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Oficina de Capacitação Engenharia de Custos", no âmbito do produto "CAIXA Políticas Públicas", conforme detalhado nos "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" e "Anexo II – Detalhamento dos Preços", sendo esses anexos integrantes deste Contrato.
1.2 – O escopo dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, bem como a documentação a ser apresentada pelo CONTRATANTE e a formalização da entrega do produto constam no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços".
1.3 – Não é objeto deste Contrato nem responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização técnica da execução das obras e serviços públicos, incluindo a verificação de itens que são afetos unicamente à relação entre CONTRATANTE e empresas executoras, como suficiência de equipamentos e materiais alocados nas obras e serviços, manutenção adequada de diário de obras e de canteiro de obras e verificação de itens de qualidade, atividades essas que são de responsabilidade exclusiva do profissional (engenheiro ou arquiteto) do CONTRATANTE identificado na respectiva ART/RRT registrada no CREA/CAU de competência.

II – ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATANTE: PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI, CEP 64120-000.
Endereço eletrônico do CONTRATANTE: gabineteuniao2021@gmail.com.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATADA: Av. Dom Severino, 2225, 2º andar – Bairro Horto Florestal, CEP: 64.055-535, Teresina/PI.
Endereço eletrônico da CONTRATADA: gigovte@caixa.gov.br.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1 – Os serviços descritos no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" deverão ser executados pela CONTRATADA de forma direta.
1.1 – A CONTRATADA, ao prestar os serviços técnicos destinados a apoiar a implantação de políticas públicas, está amparada pelo art. 173 da Constituição da República quanto a explorar atividade econômica, e por disposição expressa em seu Estatuto Social quanto seu objeto social de prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas e de políticas públicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443–CENTRO UNIÃO–PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2 – A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços detalhados no "Anexo I – Detalhamento dos Serviços", em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da ordem de início e indicação dos participantes pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto deste Contrato, são obrigações das partes:

3.1 – DO CONTRATANTE:

I. Atestar o recebimento do serviço e encaminhar à CONTRATADA o documento com o ateste de recebimento assinado, no prazo previsto na Cláusula Quarta;
II. Definir o enquadramento legal/específico para a efetivação da presente contratação e a opção pela prévia realização ou não de eventuais certames licitatórios;
III. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, no que for cabível, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação por ela efetuada;
IV. Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
V. Efetuar o pagamento da tarifa conforme estipulado na Cláusula Quinta deste Contrato;
VI. Indicar formalmente preposto para representar o CONTRATANTE durante a vigência do contrato;
VII. Exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato por meio do representante especialmente designado, comunicando previamente à CONTRATADA a metodologia a ser utilizada;
VIII. Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços e garantir o acesso seguro da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE ou local da intervenção;
IX. Não utilizar, por si e por seus prepostos, o nome ou a logomarca da CONTRATADA sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância desta obrigação;
X. Providenciar a publicação do extrato deste Contrato na imprensa oficial e dos eventuais aditivos ou termo de rescisão, na forma da lei.

3.2 – DA CONTRATADA:

I. Elaborar, em conjunto com o CONTRATANTE, a programação dos serviços a serem prestados, objeto do presente termo;
II. Manter, durante todo o Contrato, equipe técnica regular, qualificada e suficiente para a prestação dos serviços aqui descritos;
III. Executar integralmente os serviços contratados, nos prazos ajustados, por meio de pessoas tecnicamente capacitadas;
IV. Não empregar, na realização dos serviços objeto do presente Contrato, pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nos projetos, serviços e obras licitados pelo CONTRATANTE, para a execução da intervenção elencada e definida, devendo prestar os serviços por intermédio de profissionais devidamente habilitados, selecionados e qualificados, na forma da legislação aplicável;
V. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas neste ato;
VI. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
VII. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na prestação dos serviços, que ponha em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução, dentro do prazo pactuado;
VIII. Comunicar ao CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos ou de força maior, que possam impedir ou atrasar a consecução do objeto deste Contrato;
IX. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste Contrato, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATANTE, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATANTE sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações;
X. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste Contrato;
XI. Encaminhar ao CONTRATANTE o "Certificado de Conclusão de Curso", acompanhado do documento para o ateste do recebimento, após a execução de cada etapa do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO PRODUTO E ATESTE DE RECEBIMENTO

(Continua na próxima página)